

4 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Fevereiro de 2004.

10 de Março de 2004. — A Secretária-Geral, *Isabel Corte Real*.

Despacho n.º 6514/2004 (2.ª série). — *Delegação de competências no director do Centro de Informática (CINF).* — 1 — Considerando necessário adequar a anterior delegação de competências à nova estrutura e competências dos serviços da Assembleia da República, aprovada pela Resolução n.º 20/2004, de 16 de Fevereiro, na sequência da LOFAR (Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho):

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 24.º da LOFAR, nos termos conjugados do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no director do Centro de Informática, licenciado João Viegas Vilhete d'Abreu, as competências para:

1.1 — Autorizar a aquisição de bens e serviços e as correspondentes despesas até € 498,80, desde que previamente cabimentadas;

1.2 — Assinar o expediente corrente do CINF, encontrando-se excluída desta delegação a correspondência com o Gabinete do Presidente da Assembleia da República, os gabinetes dos grupos parlamentares e de membros do Governo ou de outros órgãos de soberania;

1.3 — Autorizar a alteração do mapa de férias de pessoal afecto ao CINF;

1.4 — Autorizar os pedidos de acumulação de férias dos funcionários afectos ao CINF;

1.5 — Reafectar e colocar os funcionários no âmbito do CINF;

1.6 — Determinar o exercício de funções em situação que dê lugar a reversão do vencimento de exercício, nos termos previstos na lei, e autorizar o respectivo processamento;

1.7 — Conceder licenças sem vencimento até 90 dias ou licenças para o acompanhamento de cónjuge colocado no estrangeiro, de acordo com critérios definidos pelo conselho de administração;

1.8 — Autorizar a prestação de trabalho em situações excepcionais de que decorra a aplicação do n.º 4 do artigo 37.º da LOFAR.

2 — O exercício das competências delegadas ao abrigo dos n.ºs 1.4 e 1.7 deve ser precedido de informação da DSAF.

3 — O director do CINF mencionará sempre, no uso das delegações que aqui lhe são conferidas, a qualidade de delegado em que pratica os actos por aquelas abrangidos.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Fevereiro de 2004.

10 de Março de 2004. — A Secretária-Geral, *Isabel Corte Real*.

Despacho n.º 6515/2004 (2.ª série). — *Delegação de competências na directora do Museu.* — 1 — Ao abrigo do n.º 3 do artigo 24.º da LOFAR (Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho), e considerando a estrutura e competências dos serviços da Assembleia da República, aprovadas pela Resolução n.º 20/2004, de 16 de Fevereiro, delego na directora do Museu, licenciada Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, as competências para:

1.1 — Aprovar o mapa de férias dos funcionários afectos ao Museu e autorizar a respectiva alteração;

1.2 — Determinar o exercício de funções em situação que dê lugar a reversão do vencimento do exercício, nos termos da lei, e autorizar o respectivo processamento;

1.3 — Autorizar os pedidos de acumulação de férias dos funcionários afectos ao Museu;

1.4 — Assinar o expediente corrente do Museu, com excepção da correspondência com os gabinetes do Presidente da Assembleia da República, dos grupos parlamentares e de membros do Governo.

2 — A directora mencionará sempre, no uso da delegação que lhe é conferida, a qualidade em que pratica os actos por aquela abrangidos.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Fevereiro de 2004.

10 de Março de 2004. — A Secretária-Geral, *Isabel Corte Real*.

Despacho n.º 6516/2004 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e do n.º 3 dos artigos 24.º e 25.º da Lei da Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), aprovada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, delego nos adjuntos da secretária-geral as seguintes competências próprias:

1 — Competências genéricas de superintendência e de gestão dos assuntos correntes, bem como autorização de despesas até ao limite de € 2000 que reportem aos seguintes domínios:

1.1 — Adjunta da secretária-geral, licenciada Maria da Conceição Oliveira Henriques:

Gestão financeira;
Aprovisionamento e património;

Documentação, informação e comunicação;
Informática;

1.2 — Adjunto da secretária-geral, licenciado Júlio Casanova Nabais:

Apoio técnico e secretariado;
Gestão de recursos humanos;
Formação parlamentar e interparlamentar;
Relações internacionais e protocolo;
Museu;
Serviço de segurança, na sua vertente de relação funcional com os Serviços.

2 — Estas delegações de competência implicam a delegação de assinatura relativamente ao expediente ou à correspondência necessária à instrução dos processos ou subsequentes à emissão de despacho, com excepção da dirigida ao Gabinete do Presidente da Assembleia da República, gabinetes dos grupos parlamentares ou de membros do Governo ou de outros órgãos de soberania.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de Fevereiro de 2004.

10 de Março de 2004. — A Secretária-Geral, *Isabel Corte Real*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Despacho conjunto n.º 204/2004. — Na sequência da publicação da Lei Orgânica do Ministério da Economia, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 186/2003, de 20 de Agosto, e nos termos do n.º 1 do artigo 43.º, cessaram todas as comissões de serviço dos directores-gerais e cargos equiparados dos serviços extintos e reestruturados do Ministério da Economia. Torna-se assim necessário nomear os dirigentes de nível superior quer dos organismos reestruturados quer dos organismos criados pelo decreto-lei supra-referido.

Considerando a experiência e o perfil profissional evidenciados nos *curricula* anexos ao presente despacho e nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 186/2003, de 20 de Agosto, do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 5/2004, de 6 de Janeiro, e dos artigos 2.º, n.º 3, e 19.º, n.ºs 1, 2 e 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, são nomeados em comissão de serviço, para o exercício dos seguintes cargos de direcção superior de 1.º grau:

Director-geral da Empresa, licenciado Duarte Carlos Guerra Raposo de Magalhães.

Inspector-geral das Actividades Económicas, licenciado Mário Marques da Silva.

Inspector-geral de Jogos, licenciado Joaquim Caldeira.

Directora regional do Norte do Ministério da Economia, licenciada Maria Cândida Guedes Machado Antunes de Oliveira.

Director regional do Centro do Ministério da Economia, engenheiro Francisco Manuel Franqueira de Oliveira Pegado.

Director regional de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia, licenciado João Jorge Arede Correia Neves.

Director regional do Alentejo do Ministério da Economia, licenciado José João de Mouzinho e Serrote.

O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 2004.

18 de Fevereiro de 2004. — O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*. — O Ministro da Economia, *Carlos Manuel Tavares da Silva*.

Curriculum vitae de Duarte Carlos Guerra Raposo de Guimarães

Dados pessoais:

Nome — Duarte Carlos Guerra Raposo de Magalhães;
Data de nascimento — 13 de Fevereiro de 1956.

Habilitações literárias:

1978 — licenciatura em Economia pela Universidade de Lyon II (França);
1979 — licenciatura em Economia: ISCTE (Lisboa).

Outras habilitações:

1997-1998 — PADE (Programa de Alta Direcção de Empresas) pela AESE.

Experiência profissional:

- De 2003 a 2004 — director-geral da Indústria, director-geral do Comércio e Concorrência e ainda director-geral das Relações Económicas Internacionais;
- De 1997 a 2003 — presidente do conselho de administração da VITROCRISTAL, A. C. E.;
- De 1992 a 2001 — administrador e vice-presidente executivo do Grupo ATLANTIS, S. A.;
- De 1981 a 1992 — adjunto da Direcção Financeira e Direcção de Consórcios da Teixeira Duarte, S. A., entre os quais, Ponte Internacional sobre o Guadiana e Centro Cultural de Belém;
- Em 1981 — director financeiro da RAVAFE, S. A.;
- 1979-1980 — adjunto da gerência da Editorial ASTER, L.^{da}

Outras actividades profissionais:

- De 1999 a 2001 — administrador da Nova Ivima, S. A.;
- De 1998 a 2001 — administrador da NEOVIDRO, S. A.;
- Membro do conselho consultivo do Centro Português de Design;
- Membro do Conselho Estratégico para a Internacionalização do ICEP;
- De 1994 a 1998 — criação e administração da Arte da Mesa e Decoração, A. C. E.

Actividade associativa:

- De 1997 a 2003 — presidente da AIC — Associação de Indústrias de Cristalaria;
- De 1998 a 2002 — director da CIP — Confederação da Indústria Portuguesa;
- Desde 2002 — vice-presidente da CIP — Confederação da Indústria Portuguesa;
- Desde 2002 — presidente da EDG (European Domestic Glass) — Federação Europeia do Vidro de Mesa e Decoração.

Curriculum vitae de Mário Marques da Silva

- 1 — Data de nascimento — 29 de Dezembro de 1946.
- 2 — Habilitações literárias — licenciado em Engenharia Químico-Industrial pelo Instituto Superior Técnico (1971).
- 3 — Categoria profissional — assessor principal do quadro da ex-Direcção-Geral da Indústria desde 1994.
- 4 — Carreira profissional:

- Assistente convidado do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (1975-1986);
- Chefe da Divisão de Incentivos Fiscais da ex-Direcção-Geral das Indústrias Electromecânicas (1978-1981);
- Chefe da Divisão de Ficheiros e Estatística da ex-Direcção-Geral das Indústrias Electromecânicas (1981-1982);
- Chefe da Divisão de Estatística e Apoio Técnico da ex-Direcção-Geral da Indústria (1982-1984);
- Director do Serviço de Normalização da ex-Direcção-Geral da Qualidade (1984-1986);
- Director do Serviço de Certificação do Instituto Português da Qualidade (1986-1987);
- Director do Serviço Regional da Energia, na Região Centro, da Direcção-Geral da Energia (1987-1991);
- Actividade privada — licença sem vencimento (1991-1993);
- Director do Serviço de Planeamento e Estudos de Desenvolvimento da Direcção-Geral da Aviação Civil (1993-1994);
- Subdirector-geral da Aviação Civil (1994-1996);
- Director regional do Centro do Ministério da Economia (1996-2001);
- Inspector-geral das Actividades Económicas (2001-2004).

5 — Nomeações em representação de alguns organismos:

- Presidente da Comissão Permanente para a Normalização, no âmbito do Conselho Nacional da Qualidade;
- Representante da ex-Direcção-Geral da Qualidade no Bureau Technique do Comité Europeu de Normalização (CEN);
- Representante de Portugal no Grupo de Peritos das Políticas de Normalização, no âmbito da Comissão Económica para a Europa (CEE/ONU);
- Representante de Portugal no Comité Permanente de Normas e Regras Técnicas da CEE;
- Presidente da Comissão Permanente para a Certificação, no âmbito do Conselho Nacional da Qualidade;
- Representante do Instituto Português da Qualidade no Comité Europeu de Certificação (CENCER);
- Presidente do conselho de administração do Centro de Biomassa para a Energia (1991);
- Membro do conselho consultivo do Instituto Pedro Nunes (2000);
- Membro do conselho consultivo do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (2000);

- Membro da comissão de acompanhamento da COIMBRA-VITA — Agência de Desenvolvimento Regional (2000);
- Membro do conselho superior da COIMBRAVITA — Agência de Desenvolvimento Regional (2000);

6 — Formação complementar:

- Programa de Alta Direcção de Empresas (PADE), pela AESE — Escola de Direcção e Negócios;
- Curso de pós-graduação «Especialização em ciência dos materiais», pela Universidade Nova de Lisboa;
- Estágio junto dos centro técnicos franceses;
- «Direcção participativa por objectivos»;
- «Direcção moderna — fundamentos e técnicas»;
- «Gestão de qualidade nos serviços públicos».

Curriculum vitae de Joaquim Caldeira

I — Identificação:

- Joaquim Caldeira, casado, nascido em Monforte da Beira em 18 de Janeiro de 1936.

II — Habilitações literárias:

- Licenciatura pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

III — Funções desempenhadas no Conselho de Inspeção de Jogos e Inspeção-Geral de Jogos:

Actualmente:

- Inspector-geral, desde 1 de Outubro de 2001;

Anteriormente:

- Subinspector (1965 a 1970);
- Inspector técnico de 2.^a classe (1970 a 1974);
- Inspector técnico de 1.^a classe (1974 a 1975);
- Inspector técnico-chefe (1975 a 1983);
- Inspector principal de jogos (Junho a Setembro de 1983);
- Inspector-coordenador de jogos (Setembro de 1983 a 1987);
- Inspector superior de jogos (1987 a 1988);
- Assessor principal de jogos (desde 1988);
- Subinspector-geral (1988 a 2001).

IV — Participações em comissões ou grupos de trabalho:

- Comissão para apreciação de projectos de obras (CAPO) que constituem obrigações das concessionárias;
- Comissões encarregadas do estudo e elaboração dos planos de obras das zonas de jogo;
- Grupo de trabalho encarregado pelo Governo para revisão da legislação do jogo;
- Comissão interministerial encarregada de estudar a implementação da aposta mútua em corridas de cavalos;
- Comissão encarregada de avaliar a participação dos clubes de futebol nos resultados previsíveis de Totobola, com vista à sua aceitação para doação em pagamento das dívidas ao fisco e à segurança social;
- Membro da comissão administrativa dos casinos do Algarve;
- Grupo de trabalho para estudar a incidência fiscal sobre os jogos de fortuna ou azar;
- Vogal da UCLEFA — Unidade de Coordenação de Luta contra a Evasão e Fraude Fiscais;
- Comissão incumbida de acompanhar a execução dos empreendimentos a promover pela concessionária da zona de jogo de Tróia;
- Grupo de trabalho que procedeu à revisão das regras relativas à percepção de gratificações por parte dos empregados das salas de jogos dos casinos;

Curriculum vitae de Maria Cândida Guedes Machado Antunes de Oliveira

- Nome — Maria Cândida Guedes Machado Antunes de Oliveira.
- Estado civil — casada; quatro filhos.
- Data de nascimento — 8 de Maio de 1961.
- Habilitações académicas:

- Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa;
- Curso de pós-graduação em estudos europeus na Universidade de Coimbra;
- Curso de mestrado em direito do trabalho na Universidade Católica Portuguesa no Porto, estando concluída a parte escolar.

Outras habilitações:

- Estágio para o exercício de advocacia;
- Bolseira do German Marshal Fund, nos EUA, para jovens políticos e jornalistas;

Auditora do Curso de Defesa Nacional;
Adjunta do governador civil do Porto.
Vice-governadora civil do Porto de 1988 a 1995;
Docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro desde 1999;
Directora da Associação Comercial do Porto;
Directora regional do Norte do Ministério da Economia, desde Janeiro de 2003.

Curriculum vitae de Francisco Manuel Franqueira de Oliveira Pegado

1 — Dados pessoais:

Nome — Francisco Manuel Franqueira de Oliveira Pegado;
Idade — 54 anos (22 de Junho de 1949);
Estado civil — casado; dois filhos.

2 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Engenharia Química, pelo Instituto Superior Técnico, em 1974;
Frequência do 2.º ano de Economia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

3 — Dados profissionais:

Técnico do IAPMEI, desde 1971. Desde Abril de 2001, está destacado, em comissão de serviço, na Direcção Regional da Economia do Centro (DRE-Centro), com o lugar de director regional.

4 — Experiência profissional:

De 1975 a 1977 foi professor do ensino secundário, no Liceu Nacional da Figueira da Foz, tendo integrado o respectivo conselho directivo entre 1976 e 1977. Desde 1977 que exerce funções no IAPMEI, tendo começado como técnico na análise de projectos de investimento e ou de saneamento financeiro de empresas (principalmente industriais), passando posteriormente a desempenhar as funções de coordenador do trabalho desenvolvido por técnicos daquele instituto, isoladamente ou em equipa;

Participou no grupo de trabalho que se ocupou da detecção de oportunidades de investimento em Cabo-Verde, em 1985, ao abrigo do Acordo de Cooperação Luso-Cabo-Verdiana; Entre 1987 e 1996 integrou o conselho de administração do Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, em representação do sector público;

Participou na equipa do IAPMEI que, ao abrigo de um contrato estabelecido com a União Europeia, concretizou, entre 1993 e 1994, um sistema de incentivos ao Investimento para a Polónia (no âmbito do Programa STRUDER — subprograma do Programa PHARE, para o Leste Europeu);

Acompanhou várias missões industriais ao estrangeiro, nomeadamente nos sectores do papel (unidades de reciclagem), da cerâmica e do vidro;

Integrou o conselho de administração da VITROCRISTAL (agrupamento complementar de empresas criado no âmbito do Programa de Reestruturação da Cristalaria) entre 1994 e 1996 e desde 1997 até Abril de 2001, em representação do IAPMEI;

Entre 1980 e 1993 foi assistente convidado, em tempo parcial, do Departamento de Química da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Fez parte dos órgãos sociais do Conselho Regional da Ordem dos Engenheiros entre 1985 e 1993;

Tem participado como orador em debates promovidos por associações empresariais (sectoriais ou regionais), autarquias, escolas e outras instituições sobre questões relacionadas com as pequenas e médias empresas, sistemas de incentivos e licenciamento das actividades económicas, e certificação de sistemas de gestão da qualidade de entidades do sector público (no âmbito da certificação do sistema de gestão da qualidade do DRE-Centro, em 2003).

5 — Outros dados:

Tem a frequência de várias acções de formação em assuntos relacionados com análise de projectos, sistemas de incentivos, qualidade e matérias de gestão em geral;

Fala e escreve razoavelmente o francês e o inglês, possuindo o «First Certificate in English» da Universidade de Cambridge.

Curriculum vitae de João Jorge Arede Correia Neves

I — Introdução:

Nome — João Jorge Arede Correia Neves.

II — Formação académica:

Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1980;
Mestre em Administração e Políticas Públicas.

III — Situação profissional:

Director regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, desde 28 de Abril de 2003;

Director-geral da Indústria, desde 8 de Outubro de 2001;
Director de serviços da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, do Ministério da Ciência e Tecnologia, de Janeiro de 2000 a Outubro de 2001, responsável pelo Serviço de Apoio às Instituições Científicas e Tecnológicas, assegurando a gestão dos apoios concedidos a instituições de I & D, ao abrigo do Programa Plurianual de Financiamento a Unidades de I & D; Delegado nacional do Programa Inovação e PME, integrado no 5.º Programa Quadro de I & D da União Europeia, desde 25 de Janeiro de 1999;

Director de serviços da Direcção-Geral da Indústria (DGI), desde 25 de Novembro de 1997, responsável pelo Serviço de Estudos e Acompanhamento da Actividade Industrial;

Assessor principal do quadro de pessoal da DGI, desde 13 de Fevereiro de 1997;

Chefe do Gabinete do Ministro da Economia, de 19 de Abril de 1996 a 25 de Novembro de 1997;

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Indústria, desde 23 de Novembro de 1995;

Director de serviços da DGI, desde 14 de Junho de 1993, responsável pelo Serviço de Modernização Industrial, que englobava a gestão de medidas do PEDIP, a concepção, preparação e gestão dos programas PRISMA, PERIFRA, RETEX e do programa têxtil IMIT, assegurando também a representação da DGI na concepção do PEDIP II e a gestão das suas medidas atribuídas à DGI;

Membro da comissão de investimento das sociedades de capital-risco NORPEDIP e SULPEDIP;

Chefe de divisão da DGI, desde 18 de Outubro de 1989, responsável directo pelas medidas do PEDIP afectas à DGI, no âmbito do Programa Missões de Produtividade;

Técnico superior da DGI, desde 19 de Novembro de 1984.

Curriculum vitae de José João de Mouzinho e Serrote

Dados pessoais:

Nome — José João de Mouzinho e Serrote;
Data de nascimento — 14 de Outubro de 1946.

Habilitações literárias — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa, com a classificação de 13 valores.

Experiência profissional — actualmente, desempenha as funções de director regional do Alentejo do Ministério da Economia, cargo para que foi nomeado em 1 de Julho de 2003.

Desempenhou ainda os seguintes cargos e funções:

1970-1974 — serviço militar na Guiné como comandante de companhia;

1974-1983 — professor de Matemática contratado;

1984 (Janeiro) — destacado para a Direcção de Serviços de Finanças do Ministério da Educação, para exercer funções de técnico superior;

1984 (Dezembro) — integrado nos quadros do ex-Serviço de Lotas e Vendagem (actualmente DOCAPESCA, Portos e Lotas, S. A.), com a categoria de técnico superior de 2.ª classe;

1985 — em 2 de Janeiro foi colocado na lota de Sesimbra com a categoria de chefe de departamento, exercendo as funções de delegado da comissão de gestão da DOCAPESCA e SLV;

1989-1993 — vereador da Câmara Municipal de Sesimbra;

1990-1993 — em 12 de Junho de 1990 foi nomeado presidente do conselho directivo do ex-Centro Regional de Segurança Social de Portalegre, funções que exerceu até 31 de Agosto de 1993;

1993-1996 — em 1 de Setembro de 1993, na sequência da reestruturação operada na segurança social, foi nomeado vogal do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Alentejo, funções que exerceu até 7 de Junho de 1996; 1996 (Agosto) — foi nomeado interinamente delegado do conselho de administração da lota de Peniche, por um período de três meses, a fim de suprir situação conjuntural anómala;

1998-2003 — em 1 de Julho de 1998 foi nomeado director de recursos humanos da DOCAPESCA, Portos e Lotas, S. A., funções que exerceu até 30 de Junho de 2003.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho n.º 6517/2004 (2.ª série). — Em conformidade com o n.º 2 do artigo 1.º e com os artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, aplicáveis por força do determinado no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto, concedo, nos termos do disposto na alínea g) do despacho de subdelegação de competências da Secretária de Estado da Administração Pública, n.º 19 479/2002, de 25 de Julho, a equiparação a bolseiro fora do País à licenciada Joana Espírito Santo de Araújo para participar no programa de bolsas Bellevue, com início em 1 de Maio de 2004, com a duração prevista no próprio programa e com todas as regalias mencionadas nas referidas disposições legais, designadamente a dispensa total do exercício de funções, o abono das remunerações que lhe são devidas e a contagem de tempo de serviço para todos os efeitos legais.

19 de Março de 2004. — A Directora-Geral, *Maria Ermelinda Carrachás*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho n.º 6518/2004 (2.ª série). — Pelo despacho n.º 416/2004, de 17 de Fevereiro, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, nos termos do n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/97, de 25 de Setembro, é nomeado representante do Ministério das Finanças na Autoridade Nacional da Convenção sobre Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas (CPAQ) o licenciado José Rodrigues Ferreira Gomes.

12 de Março de 2004. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho n.º 6519/2004 (2.ª série). — Nos termos do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo), designo as chefes de divisão de Contabilidade licenciada Ana Cristina Reis da Silva e Maria de Fátima Andrade Loureiro Pinto para, por esta ordem, substituírem a directora de Contabilidade da 13.ª Delegação licenciada Odete de Carvalho Ferreira nas suas ausências, faltas ou impedimentos legais, com efeitos reportados a 1 de Março de 2004.

16 de Março de 2004. — O Director-Geral, *Francisco Brito Onofre*.

Rectificação n.º 661/2004. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 232, de 7 de Outubro de 2003, a p. 15 115, o despacho (extracto) n.º 19 168/2003, rectifica-se que onde se lê «especialista de informática do grau 1» deve ler-se «especialista de informática do grau 2».

15 de Março de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Ana Maria Gouveia*.

Direcção-Geral do Tesouro

Despacho (extracto) n.º 6520/2004 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Março de 2004 da directora-geral do Tesouro, no uso de competência própria:

Licenciados Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins, José Clemente Gomes e Luís Miguel Silva Ribeiro, assessores do Tesouro, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro — nomeados definitivamente, mediante concurso e obtida confirmação de declaração de cabimento orçamental da 3.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, em lugares de assessor do Tesouro principal, do mesmo

quadro, com efeitos desde a data do despacho. (Isento de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.)

17 de Março de 2004. — A Directora-Geral, *Maria dos Anjos Nunes Capote*.

Inspeção-Geral da Administração Pública

Despacho (extracto) n.º 6521/2004 (2.ª série). — Por meu despacho de 15 de Março de 2004:

Licenciada Isabel Maria Fonseca Ferreira, inspectora principal da carreira de inspector superior, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral da Administração Pública — nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de inspectora superior da mesma carreira e quadro, considerando-se exonerada do lugar anterior à data de aceitação do novo lugar.

15 de Março de 2004. — O Inspector-Geral, *Pessoa de Amorim*.

Inspeção-Geral de Finanças

Aviso n.º 4107/2004 (2.ª série). — Faz-se público que foi afixada para consulta a lista de antiguidade do pessoal do quadro da Inspeção-Geral de Finanças referente a 31 de Dezembro de 2003.

Da organização da referida lista cabe reclamação no prazo de 30 dias consecutivos a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*.

18 de Março de 2004. — O Inspector-Geral, em substituição, *Francisco Nobre Pires dos Santos*.

Instituto de Informática

Aviso n.º 4108/2004 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso geral para um lugar da categoria de assessor, na área de documentação científica e técnica, da carreira técnica superior.* — 1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por deliberação de 14 de Janeiro de 2004 do conselho de direcção deste Instituto, nos termos do artigo 9.º do decreto-lei acima referido, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral tendo em vista o provimento de um lugar da categoria de assessor, na área de documentação científica e técnica, da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto de Informática, aprovado pela Portaria n.º 830/2000, de 29 de Maio.

2 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o preenchimento do lugar mencionado, caducando com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7 de Dezembro, 353-A/89, de 16 de Outubro, 6/96, de 31 de Janeiro, 143/98, de 22 de Maio, 175/98, de 2 de Julho, 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril, e Portaria n.º 830/2000, de 29 de Maio.

4 — Local de trabalho — Avenida de Leite de Vasconcelos, 2, Alfragide, 2614-502 Amadora.

5 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração é a fixada nos termos do anexo do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, sendo as regalias sociais as genericamente vigentes para a Administração Pública.

6 — Conteúdo funcional — seleccionar, classificar e indexar documentos sob forma impressa e electrónica, principalmente na área de informática; administrar a base de dados bibliográficos e o sistema de gestão documental; converter e desmaterializar a informação para suporte digital; proceder a recuperação e exploração de informação; colaborar na gestão do *thesaurus* das tecnologias da informação e comunicação; dar apoio e orientação aos utilizadores dos serviços e promover acções de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes de informação.

7 — Condições de admissão — podem candidatar-se ao concurso os candidatos que satisfaçam, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, os requisitos gerais de admissão e de provimento em funções públicas, constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e os requisitos especiais constantes na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

8 — Método de selecção — avaliação curricular.

8.1 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais do candidato nas áreas para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, ponderando-se a habilitação académica de base, a experiência profissional e a formação profissional.